Sr. Professor José Dias Coelho, Ilustre Presidente da APDSI

Distintos conferencistas e membros noviciados

0.É com muito gosto que a ANACOM patrocina mais este encontro promovido pela Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI). Queria agradecer o convite para abrir este fórum, neste local inspirador e cumprimentar pela pertinente escolha do tema [*"0* papel da Sociedade da Informação na Superação da Crise"].

Não sei se o recolhimento monástico e o alheamento da vida mundana é mais propício ao encontro com a verdade. O que sei é que os nossos tempos têm paradoxos demoníacos: a madre prioresa das carmelitas de clausura não dispensa a internet; tria a informação para as monjas e veda "sites" de pecado, porque o mundo jorra com toda a sua crueza e fulgor, na placidez e renúncias dos claustros. Deus, seguramente munido de “smart phone” está, pois, finalmente, quase a chegar a toda a parte -ainda faltam as zonas rurais, é certo… - e a ver se o GPS nos leva por bons caminhos. O que não é certo é que nos salve: o diabo continua a tentá-lo nos desertos da nossa iliteracia. A Sociedade da Informação chegou ao reduto último dos eremitas e, sendo omnipresente, ainda nos esmaga com tanta omnisciência, Mas a Sociedade do Conhecimento, essa sim, salvífica, ainda é muito elitista e cheia de mistérios (apesar dos “twitter” e quejandos). A redenção passa pela educação, claro.

1. Queria deixar-vos, a título de intróito, apenas o enunciado de algumas questões, seguramente enviesadas pelas preocupações do regulador, que espero possam desencadear as V, reflexões.

Em primeiro lugar importa saber até que ponto é que a Sociedade da Informação pode ajudar a superar uma crise - que em boa medida ajudou a potenciar - quando há sinais de que alguns dos seus principais agentes estão também afectados. É ou não verdade que a internet não se expande mais porque as famílias não suportam os respectivos custos? As empresas estão com contas saudáveis que permitam baixar os preços e efectuar os vultuosos investimentos em redes de nova geração? Isto é, podem presumíveis bombeiros ajudar a apagar um enorme fogo quando têm os seus quartéis chamuscados ou também a arder?

2. Segunda nota. Tal como a economia do século XIX ficou marcada pelos novos transportes e o século XX pela energia, o século XXI nasce sob o paradigma da informação global, agora com o "enabler" da Banda Larga. Muitas das possibilidades tecnológicas estavam já adquiridas há já uns anos e só agora se revelam sustentáveis economicamente. Tive o privilégio de, há dez anos participar no embrião de uma cidade digital piloto. Muitos dos serviços da cidade digital que antevimos - desde a saúde, à educação, passando pelos

serviços autárquicos, cultura, protecção civil, empresas - só agora começam realmente a modificar utilmente o dia a dia das pessoas. A questão que quero suscitar é a seguinte: adquirida que está a importância estratégica dos investimentos em redes de nova geração- e de fibra óptica em particular - e conhecidas as ilimitadas capacidades desse suporte, vamos ter uma oferta de serviços suficientemente criativa e útil, que rentabilize esses investimentos? Vamos poder navegar muito depressa, mas para chegar a que futuro? Importa, pois, fazer um enorme esforço na produção de conteúdos e em novos modelos de negócio, sob pena de estarmos a construir novas auto-estradas sem tráfego, além das rodoviárias. A tecnologia tem de provar ser útil à melhoria da qualidade de vida das pessoas e passar o teste do mercado.

3. A terceira nota reporta-se ao papel do Estado nesta conjuntura. Não tem sido muito contestável a necessidade e oportunidade do investimento público. Passadas que foram as eleições, podemos tranquilamente reconhecer que o Governo tem estado muito proactivo em Portugal: as iniciativas nas redes de nova geração, aprovando legislação tendente a eliminar as barreiras horizontais e verticais à instalação de fibra óptica, os programas e-escolas e e-oportunidades, com a generalização do acesso aos portáteis e à banda larga, o Plano Tecnológico, com o programa simplex e as experiências de e-governement, o concurso para a instalação de banda larga nas zonas rurais, tudo isso coloca Portugal como um “case study” de políticas públicas de aplicação das novas tecnologias. Podemos ser críticos, mas lá que há matéria para reflectir, lá isso há...

Por exemplo, como é que se vai garantir a sustentabilidade financeira da distribuição subsidiada dos computadores portáteis nas escolas, esgotadas que estejam as contrapartidas do concurso de UMTS? Mas ela não é realmente essencial para antecipar o acesso à Sociedade da Informação a quem, em condições normais, demoraria anos para lá entrar? Portugal tem ou não a ganhar vantagens competitivas se os seus jovens forem, desde muito cedo e todos, familiarizados com a net? Estamos ou não a potenciar a criação de riqueza, de novos serviços e produtos e de novas procuras?

Por exemplo, deve o Estado financiar o investimento de redes de banda larga nas zonas não competitivas, as ditas zonas rurais? Deve o Estado alargar o âmbito do Serviço Universal para além do acesso funcional à internet, imposto pelas Directivas europeias, para subir um patamar estratégico na acessibilidade universal à Banda Larga?

O louvável propósito de conectar em banda larga todas as escolas, hospitais, universidades e o sistema de justiça até 2010, não tem de ser acompanhado por um aumento da eficiência a montante? Não urgem novos modelos de ensino e de prestação de cuidado médicos? A desmaterialização dos suportes processuais da justiça acarretará só por si uma melhoria da administração do sistema judicial, maior acessibilidade, e prolação de sentenças mais céleres,

mais justas e socialmente melhor compreendidas? Estou certo de que não. Importa, por isso, que o voluntarismo da desformalização seja acompanhado das reformas substantivas.

4. A quarta nota é sobre o fenómeno da convergência. De facto, a nóvel aptidão polivalente das plataformas para acolher voz, dados e imagem, permitindo-nos usar a televisão como um terminal de acesso à net, um computador como um televisor ou telefone e um telefone móvel como tudo isso, cria problemas novos e novas oportunidades de negócio. O atributo dos deuses, da ubiquidade -"anywere, anytime, anynetwork" – e, portanto de uma convergência horizontal, pode levar a uma concentração vertical entre detentores de redes, operadores e prestadores de serviços e conteúdos. Se as ofertas de pacotes já criam dificuldades de replicabilidade e de controlo de PMS, a concentração vertical e o controlo dos conteúdos pode criar novas barreiras de acesso.

5. A quinta nota incide sobre questões de regulação: por um lado, temos de perceber se as entidades reguladoras e outras devem acompanhar este movimento integrador. Provocando: deve a ANACOM fazer uma OPA sobre uma parte da ERC, a exemplo do modelo da Offcom? Deve a ANACOM absorver a FCCN que gere os nomes de domínio? E a UMIC? Se as telecomunicações são cada vez mais internet e as duas constroem a sociedade da informação, que espaço sobra para a sua autonomia orgânica? Por outro lado, dada a crise e a importância estratégica da fibra óptica e das NGN, deve o regulador aliviar as obrigações sobre o operador histórico de modo a facilitar os investimentos? Mas isso não será caminhar no sentido da reconstituição do monopólio, justamente agora, que a segmentação regional dos mercados 4 e 5 veio mostrar que um bom caminho foi percorrido no sentido da efectiva concorrência nas zonas competitivas e quando Portugal fora percursor com a ORAC? A regulação estará a atrasar a superação da crise ou a acelerá-la, ao manter elevados índices de concorrência?

6. Uma sexta nota para relevar que, além da fibra estar a mexer, o móvel está cheio de fibra. Alguns proclamam que o futuro será “wireless”, sobretudo nos países emergentes e menos desenvolvidos. Também aqui se prefiguram oportunidades de investimento.

Mas o espectro disponível é escasso e cobiçado: que fazer com o dividendo digital do "switch off'? Televisão móvel ou alta definição (HD) ou televisão 3D? O estrondoso sucesso dos "smart· phones" na sua polivalência -agora até substituem os isqueiros na iluminação dos concertos de rock, como ainda recentemente pude testemunhar - os novos serviços que os utilizam, como é que vão transformar as nossas vidas?

Enfim, um último mandamento leigo sobre a salvação da terra, se me permitem voltar ao registo conventual e bíblico: o papel que a Sociedade da Informação pode ter na redução da "carbon foot print" lobal e no seu próprio passivo ambiental, tem vindo a ser sublinhado. Já não se trata apenas de ser

politicamente correcto sustentá-lo: dados veiculados pela UIT apontam para que 45% das OPEX das Telecom seja imputável aos gastos com energia. Dá que pensar, num país que tem sido laboratório de bem sucedidas experiências nas energias renováveis e nas telecomunicações. Cruzar as duas. Eis um "fazer" que pode ajudar a combater a crise económica e a climática.

Desejo a todos os noviços, que esta clausura de fim de semana possa ser iluminante.

Muito Obrigado pela V Atenção

Convento da Arrábida, 9 de Outubro de 2009

Alberto Souto de Miranda